

UMA ESPERANÇA NO ORIENTE PRÓXIMO

Por JACQUES VERNANT

Tradução da *Révue de Défense Nationale*
de março/71 pelo Cel PAULO EDUARDO

No início de julho do ano de 1970, analisando a situação do Oriente Próximo eu afirmava que talvez se apresentasse uma oportunidade de selar a paz, ocasião sem dúvida fugidia que, no entanto, deveria ser agarrada por todos aqueles que têm interesse nela. Esse diagnóstico, prudentemente otimista, se baseava no surgimento de dois dados novos no enunciado do problema:

- a) A modificação qualitativa do engajamento soviético, em particular pró RAU.
- b) A influência crescente das organizações palestinas no campo árabe. Se bem que sua importância militar, na luta armada contra Israel, tenha sido de pequena monta, tais organizações parece que desempenharão papel cada vez maior na política inter-árabe. Por uma ação bastante limitada de guerrilhas e sabotagem e sobretudo por sua atuação política, as organizações palestinas, sobretudo as mais extremadas, influem nas decisões governamentais e, com mais frequência, na evolução do conflito.

O que é que resta dessa análise agora em fins de janeiro de 1971? Resumindo, minha impressão é a de que a conclusão formulada ainda é válida, se bem que os fatores que lhe serviram de base estejam hoje parcialmente mudados. A modificação ocorrida consiste em primeiro lugar no fato de que as organizações palestinas, que em julho de 1970 pareciam dever desempenhar um papel preponderante, e até decisivo, se retraíram da cena pelo menos momentaneamente. Isso se deve, antes de mais nada, a que a estratégia aplicada no verão por certas organizações com o fito de impedir a execução do plano Rogers, conseguiu mobilizar contra os palestinos a maioria dos governos e da opinião pública dos países interessados.

O plano Rogers era fruto de consulta entre americanos e soviéticos, notadamente entre o Subsecretário de Estado Joseph Sisco e

o Embaixador da URSS em Washington, Anatoli Dobrynine. Desde o princípio do ano de 70, Nasser estava convencido de que a "guerra de desgaste", assim como a "guerra relâmpago", não era proveitosa. Ele optara então pela paz. Dentre os países que estavam no campo de batalha, a Síria e o Iraque faziam eco com as pretensões palestinas, porém a União Soviética possuía e possui meios de pressão muito eficientes sobre Damasco e Bagdá pois dela depende o suprimento das forças armadas sírias e iraquianas no que tange ao armamento, munições e outros equipamentos.

Quanto ao Rei Hussein, sua autoridade era frontalmente contestada pelos guerrilheiros palestinos. Ele também só estava à espera de uma ocasião favorável para restabelecer a ordem em seu país, condições indispensáveis quer para fazer a guerra, quer para concretizar a paz. Nessas condições a prova de força realizada por Hussein em setembro, com o fito de liquidar aquele Estado dentro do Estado, constituído pelos comitês e milícias dos Fedains no território da Jordânia, não poderia suscitar mais do que protestos verbais dos Estados Árabes, mesmo daqueles que abertamente apoiavam a causa palestina. Em consequência, as autonomias militar e política que o movimento palestino parecia poder pretender em julho de 70, não pôde mais ser seriamente evocado na hora em que escrevemos estas linhas, após as derrotas sofridas durante a crise de setembro e seus prolongamentos de janeiro. Se é fato que os mais atingidos por esses reveses foram os dirigentes dos grupos revolucionários, não é menos verdadeiro que o conjunto das organizações palestinas também cofrearam o contragolpe.

O resultado obtido, ao contrário do objetivo pretendido pelos Palestinos, será, sem dúvida, o de reservar a eles somente um papel secundário nas conversações que se processam, sob os auspícios das Nações Unidas e por intermédio de Gunnar Jarring. Mas posta de lado a regressão do fator palestino, a negociação presidida pelo Sr. Jarring engloba outros dados novos.

O primeiro é a morte de Gamal Abdel Nasser. Evidentemente que não é fácil especular sobre as consequências que ela possa ter sobre o comportamento egípcio a curto e médio prazos. Todavia uma observação parece impor-se: Nasser pretendia encarnar o destino do Egito; ele soube, aos olhos de seu povo, se identificar com esse destino. Dirigente carismático, se é que o foi, ele julgava dever assumir a responsabilidade pelas grandes decisões que envolvessem a sorte do Egito, tais como a nacionalização do canal de Suez em 1956, a exigência do reagrupamento da força de emergência das Nações Unidas em 1967. Da própria personalidade de Nasser e do elo específico que o ligava a seu povo resultava uma relativa imprevisibilidade de suas atitudes.

Sobretudo em época de crise, ele era praticamente incontrolável inclusive pelos seus aliados mais chegados. Esta situação é, fora de

qualquer dúvida, muito diferente com os seus sucessores. Pode-se presumir que a política do Egito possa vir a ser decidida por um colegiado no seio do qual não surgiu nenhuma personalidade, até o momento, que possa desempenhar o mesmo papel que Nasser desempenhou durante dezoito anos. Tal papel, todavia, Nasser representava, não só em nome do Egito mas também em nome da "Nação Árabe" em conjunto, pois êle se outorgara o papel de paladino e guia. Daí a dificuldade que às vezes êle sentia para escolher entre as soluções ditadas pelo seu senso de realismo e aquelas provenientes de um sonho de grandeza árabe rediviva.

O desaparecimento de Nasser me parece ter duas conseqüências:

- 1.º) O comportamento egípcio será no futuro mais controlável e por conseguinte mais controlado.
- 2.º) O comportamento egípcio será comandado sobretudo pelos interesses nacionais ou regionais (isto é, na escala de Vale do Nilo e seu quadro africano) em vez de pelas exigências de uma missão em escala de mundo árabe.

Dizer que o comportamento egípcio será mais facilmente controlado, é, na atual conjuntura, dizer que a União Soviética estará mais capacitada para orientar a atitude egípcia. Em curto prazo, pode-se pensar que êsse contrôle não comporta senão aspectos negativos. Um estudo recente efetuado pela Rand Corporation para a Fundação Ford sobre "A política soviética no Oriente Médio" expressa a opinião de que a conjuntura mais perigosa e por conseguinte a menos desejável seria aquela que associasse o maior engajamento da URSS (high involvement) a um fraco contrôle (low control).

Como parece pouco provável que o engajamento soviético no Oriente Próximo, especialmente no Egito, possa ser descartado em curto prazo, será que ficaremos reduzidos a almejar um "contrôle" eficaz?

Pode-se pensar que Moscou deseja evitar um quarto "round" militar entre o Egito e Israel, pois uma nova guerra poderia colocar a URSS diante de uma alternativa dramática: ou aceitar nova derrota de seu protegido ou intervir diretamente no conflito e se arriscar a um choque com Washington. Ora, Moscou certamente quererá evitar uma ou outra dessas soluções.

O objetivo da União Soviética é o de obter a paz atendendo aos interesses egípcios e aos seus próprios, pela evacuação dos territórios ocupados na guerra dos seis dias. Qualquer que seja o interesse que os russos tenham pelos regimes árabes progressistas da Síria, Iraque, Sudão ou Iémen, o Egito permanece sendo o pião principal do jogo político e diplomático de Moscou nessa região.

Moscú pode se apoiar na estabilidade do regime egípcio, que sobreviveu a desastres militares, enquanto que os dos outros países árabes são afetados por enorme coeficiente de instabilidade. Além disso, a reabertura do canal de Suez daria a Moscú o meio de melhorar suas linhas de comunicação entre o Mediterrâneo e o Oceano Índico. Em suma, se o reforço do engajamento soviético no Egito incita os israelenses a entabular negociações, esse mesmo reforço do controle soviético sobre o Egito pode igualmente facilitar os entendimentos.

Outra observação a propósito das condições nas quais se desenrola o segundo ato das negociações JARRING: o motivo invocado por Israel, durante o verão passado para suspender as conversações com o mediador das Nações Unidas, era a violação pelo Egito e URSS dos termos estabelecidos para o cessar-fogo na zona do canal. Os soviéticos haviam deslocado para essa zona, onde não deveria haver nenhuma modificação, foguetes antiaéreos.

Ora, a ruptura do equilíbrio que tal violação traria está, hoje em dia, compensada pela entrega de armamento e material americano a Israel, notadamente os "Phantoms", e pelos compromissos assumidos pelos Estados Unidos.

Parece, dessa maneira, que as posições adotadas pelos principais países em causa, no momento atual, se aproximam bastante.

Antes de mais nada, pela primeira vez, israelenses e egípcios precisaram para o Sr. JARRING (mediador da ONU) as grandes linhas do estatuto que uns e outros desejavam obter. Assim, sem que se possa dizer que as negociações hajam começado realmente já se ultrapassou a fase das afrontas puramente polêmicas e vagas sobre o sentido da resolução de 1967. Do lado israelense encara-se a evacuação dos territórios ocupados (isto é, em realidade de uma parte somente) em troca de uma paz confirmada e realizada dentro de fronteiras "seguras e reconhecidas". Todavia, Israel continua a afirmar que a evacuação só se processará uma vez reconhecidas tais fronteiras e a paz firmemente estabelecida. As concessões que o Egito estaria pronto a fazer são de valor, embora algumas não sejam novas. Sem dúvida o Cairo continua a insistir sobre a necessidade preliminar de liquidar as seqüelas da agressão israelense, o que significa a evacuação dos territórios ocupados. Porém o Egito estaria pronto a reconhecer o Estado de Israel com tôdas as conseqüências que isso pudesse acarretar, sobretudo a de assegurar a liberdade de navegação no estreito de Tirana e a de autorizar, mediante certas condições, a passagem de navios israelenses pelo canal de Suez. Finalmente o governo egípcio seria favorável à instalação de uma força das Nações Unidas, comportando efetivos dos quatro grandes, para separar as forças egípcias das israelenses até que se houvesse regulado e acertado todos os detalhes de um acordo. A presença dessa "força tampão" estaria sujeita a uma decisão

do Conselho de Segurança e, por conseguinte, não poderia ser retirada sem o consentimento unânime dos membros permanentes do próprio Conselho.

Tal "força de emergência", versão nova mais incrementada da FENU de 1956, estacionaria parte em território egípcio e parte em território israelense. O Egito não deveria ser hostil à realização, por etapas, de um plano que associasse medidas de evacuação a outras de normalização das relações entre os Estados. Essas idéias não estão muito longe das que se professam em Paris no que tange aos meios adequados a dirimir o conflito; isso é o que justifica a retomada do otimismo de que deram mostra as declarações oficiais no momento em que iniciava o 2.º ato das negociações JARRING. Sem dissimular o afastamento de pontos de vista que ainda existe entre as posições de Israel e as do Egito, deve-se contatar que parece que se está processando lentamente, de um e outro lado, uma erosão das posições extremadas em benefício de uma solução de compromisso.

Essa solução pode ser vista, hoje como há seis meses englobando os seguintes elementos:

- a) Fim do estado de guerra entre Israel e seus vizinhos árabes e reconhecimento do Estado de Israel.
- b) Evacuação por Israel do essencial, ou mesmo da totalidade dos territórios conquistados durante a guerra dos seis dias em 1967.
- c) Acôrdo e uma garantia internacionais sôbre as fronteiras do Estado de Israel.
- d) O estacionamento temporário de uma força internacional separando os exércitos egípcio e israelense e comportando eventualmente efetivos dos quatro grandes.
- e) Um acôrdo, subscrito pelos quatro grandes, para limitar e equilibrar as vendas e fornecimento de armas aos beligerantes.
- f) Reabertura do canal de Suez nas condições anteriores a 1967.
- g) Liberdade de navegação para Israel no estreito de Tirana e no canal de Suez.

Fica entendido, é bom repetir, que essas diversas condições deveriam ser postas em prática segundo calendário que, em cada etapa, levaria em conta os interesses de todos os interessados.